

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 2 – ERRATAS



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/1/2018, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Maria Lúcia Cardoso, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Diego Borges Dias, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Emidinho Madeira.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Rodrigo Conde Baêta da Costa da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

designando Ana Carolina Pinheiro Euclides para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática – Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 186/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Objeto: prestação de serviços postais diversos. Objeto do aditamento: aditamento em 10% do valor estimado do contrato, no montante de R\$381.080,43. Vigência: a partir da data de assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3390-10.1.



ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.677/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/12/2017, na pág. 187, no Anexo V da proposição, que altera o Anexo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, na Nota II da Tabela 5, onde se lê:

“o registro de que trata o número 4 desta tabela”, leia-se:

“o registro de que trata o número 5 desta tabela”.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.882/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 29/12/2017, na pág. 43, no Anexo V da proposição, que altera o Anexo da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, onde se lê:

“TABELA 5 (R\$)			
ATOS DO OFICIAL DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao Usuário
1 – Averbação:			
a) Averbação para alterar, baixar ou cancelar registro de distribuição, a requerimento de interessado ou por determinação judicial	6,23	1,97	8,20
2 – Distribuição:			
a) Distribuição de títulos e outros documentos de dívida para tabeliães de protestos	13,88	4,37	18,25”

leia-se:

“TABELA 5 (R\$)			
ATOS DO OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	Emolumentos	Taxa de Fiscalização Judiciária	Valor Final ao Usuário
1 – Averbação:			
a) Sem conteúdo financeiro, de documento para integrar o registro, que o afete ou a pessoa nele interessada, de documento de quitação ou para cancelamento, compreendendo todos os atos necessários, anotações e remissões a outros livros	15,70	4,87	20,37
b) Com conteúdo financeiro, compreendendo todos os atos necessários:			
até 248,20	18,24	5,95	24,19
de 248,21 até 400,32	24,45	7,96	32,41
de 400,33 até 1.120,90	80,03	26,06	106,09
de 1.120,91 até 2.802,24	144,98	47,23	192,21
de 2.802,25 até 4.483,58	152,53	52,17	204,70
de 4.483,59 até 5.604,48	184,38	63,06	247,44
de 5.604,49 até 7.285,83	215,27	73,65	288,92
de 7.285,84 até 11.208,96	237,09	81,07	318,16
de 11.208,97 até 14.011,20	266,85	95,71	362,56
de 14.011,21 até 16.813,45	320,55	114,97	435,52
de 16.813,46 até 18.813,45	336,01	118,53	454,54
de 18.813,46 até 21.016,81	351,46	122,09	473,55
de 21.016,82 até 26.020,81	374,42	134,29	508,71
de 26.020,82 até 32.025,62	420,87	158,15	579,02
de 32.025,63 até 42.433,94	512,24	192,48	704,72
de 42.433,95 até 56.044,83	560,37	210,56	770,93
de 56.044,84 até 84.067,25	586,80	220,50	807,30
de 84.067,26 até 120.096,07	674,95	265,48	940,43
de 120.096,08 até 192.153,72	774,45	304,62	1.079,07
de 192.153,73 até 432.345,87	899,27	353,71	1.252,98
de 432.345,88 até 691.753,39	1.053,90	331,42	1.385,32
de 691.753,40 até 1.106.805,43	1.211,07	382,04	1.593,11
de 1.106.805,44 até 2.434.971,94	1.392,72	439,35	1.832,07
de 2.434.971,95 até 3.895.955,10	1.601,64	505,24	2.106,88
de 3.895.955,11 até 6.233.528,17	1.841,88	581,03	2.422,91
de 6.233.528,18 até 9.973.645,07	2.118,15	668,19	2.786,34
de 9.973.645,08 até 15.957.832,10	2.435,88	768,41	3.204,29
acima de 15.957.832,10	2.801,26	883,67	3.684,93
2 – Protocolo:			
a) Certificado de apresentação e registro ou averbação, lançado em outras vias ou reproduções do documento original, em cada cópia	4,80	1,49	6,29
b) Lançamento de títulos no livro de protocolo e respectiva certificação dos atos praticados no documento originário	27,61	5,57	33,18
3 – Intimação:			
a) Intimação a requerimento, por determinação legal ou judicial, de cada pessoa, além das despesas	6,23	1,97	8,20
4 – Remessa de carta:			
a) Remessa de carta, documento ou qualquer outro papel, exclusive o porte, por pessoa	6,23	1,97	8,20
5 – Registro completo, incluindo anotações e remissões, com conteúdo financeiro:			

a) De título ou documento, traslado na íntegra ou por extrato:			
até 248,20	19,33	4,86	24,19
de 248,21 até 400,32	25,92	6,49	32,41
de 400,33 até 1.120,89	84,83	21,26	106,09
de 1.120,90 até 2.802,24	153,68	38,53	192,21
de 2.802,25 até 4.483,58	161,68	43,02	204,70
de 4.483,59 até 5.604,48	195,44	52,00	247,44
de 5.604,49 até 7.285,83	228,19	60,73	288,92
de 7.285,84 até 11.208,96	251,31	66,85	318,16
de 11.208,97 até 14.011,20	282,86	79,70	362,56
de 14.011,21 até 16.813,45	339,78	95,74	435,52
de 16.813,46 até 21.016,81	372,55	101,00	473,55
de 21.016,82 até 26.020,81	396,88	111,83	508,71
de 26.020,82 até 32.025,62	446,12	132,90	579,02
de 32.025,63 até 42.433,94	542,97	161,75	704,72
de 42.433,95 até 56.044,83	593,99	176,94	770,93
de 56.044,84 até 84.067,25	622,01	185,29	807,30
de 84.067,26 até 120.096,07	715,44	224,99	940,43
de 120.096,08 até 192.153,72	820,91	258,16	1.079,07
de 192.153,73 até 432.345,87	953,22	299,76	1.252,98
de 432.345,88 até 691.753,39	1.053,90	331,42	1.385,32
de 691.753,40 até 1.106.805,43	1.211,07	382,04	1.593,11
de 1.106.805,44 até 2.434.971,94	1.392,72	439,35	1.832,07
de 2.434.971,95 até 3.895.955,10	1.601,64	505,24	2.106,88
de 3.895.955,11 até 6.233.528,17	1.841,88	581,03	2.422,91
de 6.233.528,18 até 9.973.645,07	2.118,15	668,19	2.786,34
de 9.973.645,08 até 15.957.832,10	2.435,88	768,41	3.204,29
acima de 15.957.832,10	2.801,26	883,67	3.684,93
b) Título ou documentos, sem conteúdo financeiro trasladado, na íntegra ou por extrato	15,70	4,57	20,27
c) Registro de índice e custódia temporária de acervos previamente digitalizados para fins de eventual registro ou certificação (por imagem)	0,18	0,04	0,22
d) Prorrogação por cinco anos dos registros e custódias previstos no § 6º do art. 10, após expirado o prazo inicial de dez anos, por fotograma e por ano de prorrogação	0,04	0,02	0,06
e) Registro singular de documentos relativos a transações de comércio ou serviço eletrônico, inclusive comunicações	0,50	0,15	0,65
6 – Carta de notificação (inclusive traslado na íntegra ou por extrato):			
a) Pelo registro	9,72	3,07	12,79
b) Pelo protocolo	4,80	1,49	6,29
c) Pela intimação ou remessa de carta, por pessoa	9,72	3,07	12,79
d) Pela certidão, por pessoa	6,85	2,16	9,01
e) Diligência (além de condução e hospedagem, quando for o caso)			
e.1) No perímetro urbano	14,91	4,69	19,60
e.2) Fora desses limites	23,33	7,33	30,66
7 – Alienação fiduciária ou reserva de domínio:			
a) Registro ou averbação de contratos de garantia de alienação fiduciária ou reserva de domínio, quando obrigatórios para a expedição de certificado de propriedade (conforme inciso V do § 3º do art. 10 desta lei), sobre o valor financiado:			
até 4.483,58	90,84	31,69	122,53
de 4.483,59 até 7.285,82	113,69	39,67	153,36
de 7.285,83 até 11.208,96	118,13	43,33	161,46
de 11.208,97 até 16.813,45	144,21	52,89	197,10
de 16.813,46 até 28.022,42	171,51	62,92	234,43
acima de 28.022,42	214,30	78,64	292,94
8 – Certidões:			
a) De inteiro teor:			
a.1) Pela primeira página ou pelo primeiro fotograma	17,03	6,02	23,05
a.2) Por página ou fotograma acrescido à primeira ou ao primeiro	0,74	0,15	0,89
b) Em relatório conforme quesitos, por quesito, independentemente do número de páginas ou fotografias	17,03	6,02	23,05
9 – Certidões expedidas pelo Poder Judiciário que comprovem a titularidade de crédito oriundo de precatórios judiciais, bem como contratos de cessão total ou parcial desses créditos, independentemente do valor expresso	153,68	38,53	192,21
NOTA I – Em contrato de <i>leasing</i> , para efeito de enquadramento nesta tabela, será considerado o valor da soma das doze primeiras parcelas mensais ou do total de meses, quando o prazo for inferior a doze meses.			
NOTA II – Em contrato de arrendamento, comodato, carta de anuência e parceria agrícola, envolvendo bens patrimoniais, sem valor declarado, o registro de que trata o número 5 desta tabela será cobrado tendo como parâmetro para enquadramento na tabela o valor de R\$ 11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais), caso seja por prazo indeterminado; sendo por prazo determinado, o parâmetro para enquadramento nesta tabela corresponderá ao valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), multiplicado pelo número de meses de vigência do contrato, até o limite de R\$ 11.244,00 (onze mil duzentos e			

quarenta e quatro reais).

NOTA III – (VETADO)

NOTA IV – Os registros de índices, com cobrança de emolumentos prevista no item 5.c desta tabela, relativos à custódia dos acervos digitais mencionados no § 6º do art. 10 desta lei, serão efetivados sob um único número de ordem, tanto de protocolo quanto de registro, e terão a validade de dez anos, podendo ser renovados, antes de expirado referido prazo, por períodos anuais adicionais, mediante o pagamento dos emolumentos previstos no item 5.d, em face de requerimento a ser lançado em livro de protocolo e averbado ao registro originário. Os acervos eletrônicos não deverão misturar documentos originariamente eletrônicos com originariamente físicos, os quais devem ser objeto de registro sob número de ordem distinto. Sobre os atos registrais a que se referem os itens 5.c e 5.d desta tabela não incidirão cobranças a título de protocolo, arquivamento ou processamento eletrônico de dados. Já no caso previsto no item 5.e desta tabela, relativo a registro singular de operações de comércio eletrônico de bens ou serviços, inclusive comunicações eletrônicas, não incidirão cobranças a título de protocolo ou processamento eletrônico de dados, mas incidirá a cobrança de um arquivamento a cada cinco fotogramas ou fração desse quantitativo.

Nota V – A cobrança da diligência abrange até três idas ao endereço constante da carta de notificação.

Nota VI – A condução é verba indenizatória e não poderá exceder o valor recebido pelo oficial de justiça para deslocamento em zona urbana, ou o valor da quilometragem para deslocamentos fora destes limites, multiplicado pela distância do endereço, ida e volta, uma única vez, garantida a realização de até três diligências por notificação.

NOTA VII – Os valores dispostos no item 7 aplicam-se apenas aos contratos de alienação fiduciária em garantia ou de reserva de domínio cujo registro seja obrigatório para a expedição de certificado de propriedade.”